

## EDITORIAL

O ano de 1978, que se iniciara sob o signo de pressentimentos carregados de pessimismo e maus augúrios, viveu um clima de muita tensão. A humanidade toda continua sofrendo as conseqüências de suas inconseqüências, pagando um alto preço pela escolha — ou pela aceitação passiva — do modelo de civilização que vem desenvolvendo em sua História. Um mundo dividido, dilacerado, torturado, sempre num frágil equilíbrio, a cada instante correndo o risco das maiores catástrofes da irracionalidade, presenciando cotidianamente as vitórias cruéis da injustiça, da miséria, da doença e da fome. Como que impotente diante deste quadro, a humanidade vai-se insensibilizando a todos estes dramas, vai-se resignando, perdida, desnorteada, sem saber a que diretrizes se ater.

No Brasil, a história aqui se escreveu em linhas bem nítidas, traçando contornos concretos desta realidade humana, dura e impessoal. De todos os lados, a consciência brasileira se viu atingida pelas mais variadas formas de desrespeito aos direitos humanos. Não bastassem os frios determinismos específicos de tão injusto sistema econômico, as forças políticas da sociedade ainda acrescentaram sua contribuição negativa, deteriorando ainda mais a sofrida condição do homem brasileiro. Contudo, esta consciência brasileira resiste e, aos poucos, vai manifestando esta sua resistência. O ano de 1978 foi rico de pequenos sinais, representativos do desabrochar das potencialidades de nossa sociedade civil. Ainda um tanto indecisa e bastante imprecisa em sua explicitação, a consciência nacional avançou significativamente neste curto espaço de tempo. Seja se reorganizando em suas bases, seja se rearticulando em suas estruturas, seja recuperando e reativando suas reservas morais, a nação brasileira se reafirmou no processo dinâmico da História. Sem dúvida, é preciso ter paciência histórica para seguir o processo: não adianta enquadrá-lo na rigidez de um mecanismo, facilmente descritível no universo do discurso lógico mas totalmente alheio à realidade histórica, à nossa realidade histórica. A importante lição a se retirar dos principais acontecimentos que juntos vivemos no ano que findou é que o nosso projeto histórico só poderá surgir de um esforço comum, não de uniões táticas em função de consígnias provisórias, mas do trabalho comum e convergente, guiado pelo respeito incondicional pela dignidade de todas as pessoas que formam esta comunidade. Sem nenhuma exceção. Mas exigir-se-á coerência com este princípio quando se tratar de conduzir a prática política: enquanto nossa sociedade estiver marginalizando seres humanos — sejam eles proletários,

índios, bóias-frias, negros, velhos, crianças, mulheres, minorias ou quaisquer outras categorias — enquanto a sobrevivência não se realizar a um preço menor do que o da indignidade, de pouco adiantará afirmar este princípio. No fundo é preciso conseguir substituir a relação de poder e de dominação que, sob as mais disfarçadas formas, escraviza os homens, por uma relação de comunhão na construção de uma obra que, se não for comum, jamais será inteiramente humana.

Todas as forças vivas desta nação devem retirar deste período algum sentido de esperança para que possa contribuir para esta construção comum da História. É preciso estar atento à sinuosidade dos acontecimentos históricos — os grandes educadores — para que se possa projetar e construir o futuro. Não é necessário esperar por uma nova realidade social brasileira, que já fosse perfeita, para que se comece a agir. A realidade é esta que está aí, como matéria-prima de nossa história, com suas forças e com suas fraquezas. Não se pode mudar a sociedade brasileira para depois agir, mas é necessário agir para mudá-la. E o que realmente interessa, é que cada segmento desta sociedade assuma seu compromisso sem se substituir aos demais, num esforço convergente em vista de um resultado que, honestamente, confessemos, todos sabemos qual deva ser.

Por isso, não é necessário derramar um discurso destruidor da Universidade — para ficarmos em casa. Se a Universidade brasileira nada mais tem sido do que reprodutora da cultura da classe dominante e se agora ela disto se dá conta, ela deve assumir sua condição, reavaliar até onde vão suas possibilidades, adequar o seu discurso a estas possibilidades. Na sua precariedade e nas suas fraquezas, ela encontrará igualmente o horizonte de sua força transformadora. Que, num Brasil como o de hoje, é ainda muito grande. Basta que a Universidade se entregue, com honestidade, aos verdadeiros objetivos de uma educação que se comprometa, com seriedade, com as tarefas que a História lhe está indicando. Sua missão ainda não terminou.

Tentando evitar um atraso ainda maior em nossa periodicidade, atraso motivado por excesso de trabalho da gráfica da Universidade, a quem devemos a impressão desta revista, estamos reunindo num único fascículo, os números 11 e 12, fechando assim o volume 3, correspondente a 1978, de acordo com cronograma que estabelecemos no início do ano.

Este número se abre com trabalho de Júlio Mariano Júnior, analisando a estrutura da sociedade brasileira que se constituiu e se conservou sob um regime econômico que não deve ser caracterizado como feudalismo; Álvaro César Iglésias apresenta como exemplo de sociologismo jurídico o pensa-

mento social de Eusébio de Queirós Lima, jurista cearense falecido em 1935; as posições de Anísio Teixeira sobre a Universidade são documentadamente levantadas por Celira Caparica Santos. Martin Heidegger é estudado pelos três artigos seguintes: Otaviano Pereira aborda o problema da verdade e da liberdade no universo heideggeriano enquanto Constança Marcondes César compara as perspectivas do filósofo alemão com aquelas de Bachelard, no referente à situação e à classificação das ciências e Maria Luiza Andreozzi da Costa reflete sobre a questão da educação a partir do pensamento metafísico de Heidegger. João Francisco Duarte Júnior, da perspectiva da exigência da interdisciplinaridade, procura estabelecer a realização desta exigência pela integração de uma antropologia filosófica na formação do psicólogo; Katalin Aniko Heller explicita a situação do pensamento de Rollo May na corrente da análise existencialista; Alina Purvinis Musolino estuda a questão do inconsciente na perspectiva fenomenológica, estabelecendo assim uma discussão com a perspectiva psicanalítica. No âmbito da teologia, Alberto Francisco Mariani faz uma análise crítica de uma experiência brasileira de renovação da pastoral familiar. Tarcísio Moura apresenta um poema versando sobre a criação, na seção **Interdisciplinar** enquanto que em **Debate**, Roberto Akira Goto discute a luta que a literatura, seja no Realismo, seja no Romantismo, faz contra a Revolução Industrial gerada pelo Racionalismo.